

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta, controlada pela Wembley S.A., sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries, Inc. (“SI”) respectivamente.

Em abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

Conforme divulgado na nota explicativa nº 30 às demonstrações contábeis intermediárias, em 15 de março de 2019, foi concluída operação de venda dos ativos operacionais da controlada indireta norte americana SGUS. A partir daquela data, a controlada indireta SGUS passou a deter 17,5% da Keeco, LLC, que combinou as operações das duas companhias.

A Companhia é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense (“CTS”), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de novembro de 2019.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2019. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCL”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e despreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia despreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia despreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de

realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e

- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e

- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base na taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda

de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for

menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligadas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligadas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usinas	15 a 35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido

anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa real de desconto corresponde às cotações de mercado (custo de captação da Companhia).

(t) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial” quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”.

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das

demonstrações contábeis intermediárias.

(z) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações contábeis intermediárias, “acionistas controladores” representam todos os acionistas da Companhia e “não controladores” representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros, valor justo de propriedades para investimento, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	30.09.2019	31.12.2018
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A.	63,37	63,37
Companhia Tecidos Santanense	56,51	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 30 de setembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	2019	2018	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	3,8748	-
30 de setembro	4,1644	4,0039	4,0 %
Taxa média:			
30 de setembro (3 meses)	4,0226	3,9647	1,5%
30 de setembro (9 meses)	3,8970	3,6332	7,3%

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies) passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

Os índices utilizados pela Companhia na análise de impactos sobre a controlada indireta sediada na Argentina, foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas e foram os seguintes: i) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado); e ii) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor).

O impacto nos ativos líquidos desta controlada indireta em 31 de dezembro de 2017 estão apresentados conforme abaixo:

	Saldos em 31.12.2017	Correção monetária	Saldos em 01.01.2018
Ativos:			
Estoques	58.720	967	59.687
Imobilizado	17.806	26.801	44.607
Intangível	9.157	2.271	11.428
Outros créditos	359	28	387
	-----	-----	-----
	86.042	30.067	116.109
Passivos:			
Imposto de renda diferido	-	10.172	10.172
	-----	-----	-----
	-	10.172	10.172
Patrimônio líquido	45.162	19.895	65.057
	=====	=====	=====

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - “Leases”, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

Abordagem de transição:

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

Impactos no balanço patrimonial:

As contas patrimoniais sofreram alterações pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar ajustados ao valor presente. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

Vide notas explicativas nº 12 e nº 18 às demonstrações contábeis intermediárias.

CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - “Uncertainty over Income Tax Treatments”, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - “Income Taxes”, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Operações compromissadas (*)	1.420	33	126.126	89.927
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	2.481	2.441
Depósitos no exterior	-	-	29.846	44.098
Depósitos em contas correntes	168	134	25.112	8.601
	-----	-----	-----	-----
	1.588	167	183.565	145.067
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018
Renda fixa no exterior	16.513	6.142
Fundo de investimento - (US\$)	39.692	44.502
Depósitos vinculados (US\$) (1)	82.173	75.729
Depósito restrito	1.934	2.167
	-----	-----
	140.312	128.540
Circulante	(56.621)	(51.359)
	-----	-----
Não circulante	83.691	77.181
	=====	=====

(1) Refere-se a depósito mantido no exterior, vinculado ao empréstimo tomado junto ao Santander S.A. O rendimento é de 1,3% a.a. e o prazo para resgate coincide com os prazos do referido empréstimo.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018
Clientes no mercado interno	538.727	574.945
Clientes no mercado externo	83.853	68.712
Operadoras de cartão de crédito	8.979	10.648
Partes relacionadas		
Mercado interno	1.980	2.300
Mercado externo	1.154	2.814
	-----	-----
	634.693	659.419
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(42.128)	(42.216)
	-----	-----
	592.565	617.203
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 97 dias (107 dias em 31 de dezembro de 2018).

O saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	30.09.2019	31.12.2018
Saldo no início do período	(42.216)	(41.882)
Adições	-	(3.502)
Variação cambial	88	(233)
Operações descontinuadas (*)	-	3.401
	-----	-----
Saldo no final do período	(42.128)	(42.216)
	=====	=====

(*) Parcela da provisão referente as duplicatas a receber classificadas em 2018 na rubrica "Ativos mantidos para venda" (vide nota explicativa nº 30 às demonstrações contábeis intermediárias).

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018
Matérias-primas e secundários	117.227	111.894
Produtos em elaboração	117.116	117.699
Produtos acabados	237.710	229.306
Peças de reposição	63.855	65.419
	-----	-----
	535.908	524.318
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerada suficiente para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados ou obsoletos.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	31.12.2018	(Adições) Baixas	Variação cambial	30.09.2019
	31.12.2017	(Adições) Baixas	Variação cambial	30.09.2018
Matérias-primas e secundários	(2.446)	65	627	(1.754)
Produtos em elaboração	(186)	29	47	(110)
Produtos acabados	(5)	-	2	(3)
Peças de reposição	(1.892)	-	-	(1.892)
	-----	-----	-----	-----
	(4.529)	94	676	(3.759)
	=====	=====	=====	=====
Matéria-prima e secundários	(544)	-	-	(544)
Produtos acabados	(3.837)	(1.976)	(1.045)	(6.858)
Peças de reposição	(2.614)	-	397	(2.217)
	-----	-----	-----	-----
	(6.995)	(1.976)	(648)	(9.619)
	=====	=====	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018
Clientes em recuperação extra judicial (a)	12.199	14.611
Clientes em recuperação judicial (b)	2.112	2.103
Parcelamento de acordo com clientes (c)	1.373	719
Financiamento no repasse de lojas (d)	3.635	6.362
Clientes em recuperação judicial (e)	1.499	1.499
Venda de imóvel (f)	11.307	14.057
Outros	614	449
	-----	-----
	32.739	39.800
Circulante (*)	(10.501)	(11.017)
	-----	-----
Não circulante	22.238	28.783
	=====	=====

(*) Incluída na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

- (a) Pagamento em 51 parcelas mensais iguais com incidência de taxa equivalente a 80% do índice dos certificados de depósitos interbancários – CDI.
- (b) Pagamento em 20 parcelas semestrais com carência de 42 meses para início de pagamento em março de 2020, com juros de 0,5% a.a. mais taxa referencial – TR.
- (c) Pagamento em até 59 parcelas fixas.
- (d) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.
- (e) Pagamento em 10 parcelas anuais crescentes com correção de 2% a 3% ao ano.
- (f) Pagamento em 37 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês.

8. VALORES A RECEBER - VENDA DE INVESTIMENTO

Em setembro de 2018, a Companhia e sua controlada Oxford Comércio e Participações S.A. venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A.

Em maio de 2019, a Companhia e o comprador, em comum acordo, resolveram desfazer a operação sem ônus para ambas as partes.

Em setembro de 2019, uma nova transação de venda foi realizada e a Companhia e sua controlada Oxford Comércio e Participações S.A. venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A. Vide nota explicativa nº 9.a.2 às demonstrações contábeis intermediárias.

Os saldos consolidados dos valores a receber são conforme segue:

	Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018
Valores brutos a receber	126.848	194.140
Ajuste a valor presente	(16.073)	(31.012)
	=====	=====
Total	110.775	163.128
Circulante	(21.655)	(32.907)
	=====	=====
Não circulante	89.120	130.221
	=====	=====

Recebimento em 4 parcelas anuais com vencimento a partir de setembro de 2020, com juros de 5% ao ano mais variação cambial do dólar norte americano.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do período	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	30.09.2018
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A. (1)	1.420.563	52,92	(124.946)	751.697	701.152	(66.124)	(24.164)
Oxford Comércio e Participações S.A.	291.420	63,37	(13.948)	184.673	200.331	(8.839)	12.662
Tropical Agroparticipações S.A. (2)	127.255	57,02	(487)	-	-	(278)	(4.046)
Coteminas International Ltd.	6.480	100,00	(3.215)	6.480	9.188	(3.215)	(23)
Companhia Tecidos Santanense	286.680	2,07	9.045	5.934	5.747	187	401
Coteminas (Sucursal Argentina)	(33)	100,00	(4)	(33)	(42)	(4)	(9)
				=====	=====	=====	=====
Total de controladas				948.751	916.376	(78.273)	(15.179)
				=====	=====	=====	=====
Investimentos em coligadas (direto):							
Cantagalo General Grains S.A.	(295.279)	27,50	(12.148)	-	-	-	-
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	185.246	30,40	(4.942)	56.315	57.816	(1.502)	(2.372)
Total de coligadas (direto)				56.315	57.816	(1.502)	(2.372)
				=====	=====	=====	=====
Total Controladora						(79.775)	(17.551)
						=====	=====
Investimentos em coligadas (indireto):							
Keeco, LLC (3)	155.241	17,50	-	149.918	-	-	-
Total de coligadas – Consolidado				206.233	57.816	(1.502)	(2.372)
				=====	=====	=====	=====

(1) O resultado do período não inclui a parcela descontinuada do resultado de equivalência de R\$102.856 (R\$20.269 no mesmo período de 2018). Vide nota explicativa nº 30 às demonstrações contábeis intermediárias.

(2) Em 2018, a Companhia e sua controlada Oxford venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A., apurando um ganho, naquele exercício, no valor de R\$30.644 (controladora) e R\$47.001 (consolidado), registrados em outras receitas operacionais líquidas.

Em maio de 2019, a Companhia e o comprador, em comum acordo, resolveram desfazer a operação sem ônus para ambas as partes. A Companhia recompôs seu investimento a partir do patrimônio líquido da controlada apurado em 31 de maio de 2019 no valor de R\$127.741, e apurou deságio no valor de R\$18.292, líquidos da reversão do resultado apurado anteriormente com a venda, registrados na rubrica outras líquidas no valor de R\$31.416 na controladora e R\$46.387 no consolidado. Adicionalmente foi revertido a provisão para impostos diferidos no valor de R\$6.464 na controladora e R\$14.810 no consolidado (vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações contábeis intermediárias).

Em setembro de 2019, a Companhia e sua controlada Oxford venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A., apurando uma perda no valor de R\$7.712 na controladora e R\$23.497 no consolidado, registrado em outras receitas operacionais líquidas.

(3) A partir de 15 de março de 2019, a controlada indireta SGUS passou a deter 17,5% da Keeco, LLC, que combina as operações da Keeco e as operações vendidas da SGUS e deixa de comercializar diretamente seus produtos. A Keeco, LLC é uma empresa com portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, utility bedding, e decorative bedding, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norte-americano. O valor apresentado como investimento inclui ágio fundamentado em rentabilidade futura.

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patri-mônio líquido	Partici-pação - %	Resultado do período	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	30.09.2018
Springs Global Participações S.A.	1.420.563	47,08	(124.946)	668.866	591.801	(58.822)	(21.499)
Oxford Comércio e Participações S.A.	291.420	36,63	(13.948)	106.747	115.798	(5.109)	7.319
Companhia Tecidos Santanense	286.680	12,02	9.045	34.459	33.369	1.087	2.340
				-----	-----	-----	-----
Total de operações descontinuadas (*)				810.072	740.968	(62.844)	(11.840)
				-	32.089	91.506	18.033
Total dos acionistas não controladores				810.072	773.057	28.662	6.193
				=====	=====	=====	=====

(*) Vide nota explicativa nº 30 às demonstrações contábeis intermediárias.

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Cantagalo General Grains S.A. (1)		Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Ativos circulantes	148.065	227.640	327.415	318.104
Ativos não circulantes	634.903	824.209	429.056	391.413
Total dos ativos	782.968	1.051.849	756.471	709.517
Passivos circulantes	1.102.522	698.506	345.768	306.287
Passivos não circulantes	154.745	759.600	202.488	194.529
Total dos passivos	1.257.267	1.458.106	548.256	500.816
Patrimônio líquido - Controladora	(295.279)	(249.519)	185.246	190.187
Receita líquida (9 meses)	71.013	44.580	499.683	479.516
Prejuízo do período - Controladora	(12.148)	(129.919)	(4.941)	(7.803)

(1) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes em geral, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda. e CGG Trading S.A.

(2) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- Possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa de suas coligadas, a Companhia concluiu que não há indícios de deterioração ou de não recuperação dos seus investimentos em coligadas.

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda					Imóveis para valorização			Total
	Fazenda Tropical (1)	Complexo comercial SGA (2)	Complexo residencial SGA (3)	Terrenos para loteamento (4)	Imóvel Vinhedo (5) (c)	Imóveis Montes Claros (6)	Terreno Montes Claros (7) (c)		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	175.126	211.176	-	-	-	-	79.351	465.653	
Adições (baixas)	(175.126)	16.022	93	-	25.075	55.276	-	(78.660)	
Transferências - imobilizado	-	2.744	-	-	-	-	-	2.744	
Transferências - disponível p/venda	-	-	-	1.276	-	-	-	1.276	
Avaliação inicial do valor justo (a)	-	-	44.203	36.260	-	-	-	80.463	
Variação do valor justo (b)	-	18.309	-	-	-	-	(2.356)	15.953	
Outros	-	-	-	-	62	-	-	62	
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	-	248.251	44.296	37.536	25.137	55.276	76.995	487.491	
Propriedades de uso por controlada indireta (d)	-	-	-	-	(25.137)	-	-	(25.137)	
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	248.251	44.296	37.536	-	55.276	76.995	462.354	
Adições	157.284	5.380	-	-	-	-	-	162.664	
Variação do valor justo (b)	(386)	-	-	-	-	7.531	-	7.145	
Baixas	(156.898)	-	-	(1.481)	-	-	-	(158.379)	
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldos em 30 de setembro de 2019	-	253.631	44.296	36.055	-	62.807	76.995	473.784	
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Valores lançados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, deduzido de impostos.

(b) Valores lançados no resultado do respectivo período/exercício.

(c) Saldos mantidos pela controladora R\$102.132.

(d) Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis intermediárias.

1) Fazenda Tropical: Em 2018 a Companhia vendeu sua controlada Tropical Agroparticipações S.A., proprietária da Fazenda Tropical. Em 2019, a Companhia e o comprador, em comum acordo, resolveram desfazer a operação sem ônus para ambas as partes.

Em setembro de 2019, a Companhia vendeu novamente a controlada Tropical Agroparticipações S.A. (vide notas explicativas nº 8 e nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias).

2) Complexo comercial SGA: No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada indireta CSA consolidou e deu início à implantação de projeto de locação segmentada de sua unidade fabril localizada em São Gonçalo do Amarante (SGA) - RN, que foi desativada anteriormente. Como forma de implantação do projeto, ao longo daquele exercício a CSA preparou e desocupou a área destinada à locação e iniciou contratos de arrendamentos com grandes varejistas.

Trata-se de um complexo de 247,3 mil m² onde 64,1 mil m² já foram arrendados e novos contratos de arrendamento estão em andamento. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, os valores de receita por arrendamento e serviços foram de R\$5.627 (R\$1.588 no mesmo período de 2018).

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2018. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as

principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis. O efeito dos impostos no valor de R\$63.159 estão registrados na rubrica de impostos diferidos. Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

3) Complexo residencial SGA: No exercício de 2018, a controlada indireta CSA disponibilizou nova área no município de São Gonçalo do Amarante (SGA) - RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional.

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2018. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis. O efeito dos impostos no valor de R\$15.029 estão registrados na rubrica de impostos diferidos. Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

4) Terrenos para loteamento: No exercício de 2018, a controlada indireta Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a divisão dos loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna e Pitangui, em Minas Gerais. A controlada irá ceder seus terrenos para a instalação destes loteamentos, em contrapartida à 36,5% de participação no valor total de vendas do referido projeto, líquidos de impostos e comissões de venda.

Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica “Propriedades para investimento”, avaliados ao valor justo.

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2018. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis. O efeito dos impostos no valor de R\$2.342 estão registrados na rubrica de impostos diferidos.

5) Imóvel Vinhedo: Em 11 de setembro de 2018, a Companhia adquiriu um imóvel na cidade de Vinhedo - SP, com 51 mil metros quadrados, onde estão localizados o centro de distribuição e o setor administrativo de sua controlada indireta AMMO Varejo. O valor de custo equivale ao valor justo em 31 de dezembro de 2018.

6) Imóveis Montes Claros: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada indireta CSA e são assim compostos:

	Variação do valor justo	30.09.2019
	31.12.2018	
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.623 m ²)	18.386	30.100
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m ²)	2.781	2.781
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (11.700 m ²)	4.602	4.602
Dois terrenos loteamento Reserva Real (11.287 m ²)	3.574	3.574
Terreno no Ibituruna (11.842 m ²)	11.842	7.700
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m ²)	14.091	14.050
	-----	-----
	55.276	62.807
	=====	=====

Esses imóveis foram avaliados por especialistas contratados pela controlada indireta CSA e também pela Prefeitura de Montes Claros para determinação de seu valor justo e recebidos em pagamento de créditos vencidos mantidos junto à Prefeitura de Montes Claros em 2018. Portanto, seu valor de custo equivale ao valor justo em 31 de dezembro de 2018.

Em 2019, nova avaliação foi realizada pela controlada indireta CSA. O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis. Na avaliação do valor justo foi apurado imposto diferido passivo de R\$2.561. Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

7) Terreno Montes Claros: A Companhia adquiriu em 2016, terreno na cidade de Montes Claros - MG, com 214 mil metros quadrados de sua coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários. Esse terreno completa uma área contígua já de propriedade da Companhia, num total de 549 mil metros quadrados. Com o direcionamento destes imóveis para renda, os terrenos foram registrados na rubrica “Propriedades para investimento” naquela data, a valor justo.

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2018. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis. O efeito dos impostos no valor de R\$6.110 estão registrados na rubrica de impostos diferidos.

11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

		30.09.2019		31.12.2018
	Taxa (*) %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos e benfeitorias	0,7	49.352	(16.990)	32.362
Edifícios	2,4	434.895	(197.596)	237.299
Instalações	6,4	273.504	(200.190)	73.314
Máquinas e equipamentos	7,0	1.383.077	(1.049.647)	333.430
Usinas	3,9	57.501	(29.632)	27.869
Móveis, utensílios e outros	10,9	121.470	(97.791)	23.679
Obras em andamento	-	100.125	-	100.125
	-----	-----	-----	-----
	2.419.924	(1.591.846)	828.078	790.674
Propriedade de uso por controlada indireta (**)	25.137	-	25.137	25.137
	-----	-----	-----	-----
	2.445.061	(1.591.846)	853.215	815.811
	=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(**) Vide nota explicativa nº 10.5 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas concluíram que não há indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	33.430	243.938	76.162	351.669	28.744	26.024	30.707	790.674
Adições	717	38	424	11.127	644	1.837	82.539	97.326
Baixas líquidas	(243)	-	(55)	(596)	-	(43)	(767)	(1.704)
Transferências								
- Imobilizado	216	489	4.727	8.394	(2)	287	(14.111)	-
Variação cambial	(232)	506	(118)	(220)	-	47	1.757	1.740
Depreciação do período	(1.345)	(7.672)	(7.732)	(36.943)	(1.517)	(4.249)	-	(59.458)
Ajuste da provisão para perdas com ativos	(181)	-	(94)	(1)	-	(224)	-	(500)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2019	32.362	237.299	73.314	333.430	27.869	23.679	100.125	828.078
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	28.122	241.605	76.996	379.603	30.304	25.251	32.342	814.223
Correção monetária - Argentina (a)	5.713	9.136	3.968	7.457	-	236	291	26.801
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 1º de janeiro de 2018	33.835	250.741	80.964	387.060	30.304	25.487	32.633	841.024
Adições	167	1.049	759	6.079	101	1.777	74.829	84.761
Baixas líquidas	(78)	-	(34)	(292)	-	(210)	(367)	(981)
Transferências								
- Imobilizado	38	735	2.949	9.712	-	451	(13.885)	-
- Disponível para venda	-	-	-	45	-	-	-	45
- Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	(2.744)	(2.744)
Variação cambial	(1.459)	957	(1.085)	(1.413)	-	161	(1.691)	(4.530)
Depreciação do período	(902)	(7.495)	(7.466)	(40.829)	(1.507)	(4.582)	-	(62.781)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2018	31.601	245.987	76.087	360.362	28.898	23.084	88.775	854.794
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações contábeis intermediárias.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$38.826 (R\$37.444 em 31 de dezembro de 2018) foi apresentado como “Imobilizado disponível para venda” no ativo não circulante e, consequentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	31.12.2018	Adições	Baixas	Variação cambial	30.09.2019
Custo	435.217	-	(694)	32.065	466.588
Depreciação	(367.074)	(1.235)	691	(27.200)	(394.818)
Provisão para perda	(30.699)	-	-	(2.245)	(32.944)
	-----	-----	-----	-----	-----
	37.444	(1.235)	(3)	2.620	38.826
	=====	=====	=====	=====	=====

	31.12.2017	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferências de/para o imobilizado	30.09.2018
Custo	385.546	-	(7.247)	75.919	(3.197)	451.021
Depreciação	(324.971)	(939)	6.412	(65.294)	3.152	(381.640)
Provisão para perda	(26.844)	-	618	(3.989)	-	(30.215)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	33.731	(939)	(217)	6.636	(45)	39.166
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

12. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

Taxa (2) % a.a.	Consolidado		
	30.09.2019		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Imóveis	52,1	2.267	(688) 1.579
Imóveis – SGUS (1)	8,3	36.967	(2.311) 34.656
Imóveis – lojas	30,2	56.990	(12.798) 44.192
Veículos	27,3	1.209	(844) 365
Propriedades para investimentos (1)	74.171	(4.682)	69.489
	-----	-----	-----
Total de direito de uso	171.604	(21.323)	150.281
Arrendamentos a receber (1)	98.122	(6.133)	91.989
	-----	-----	-----
	269.726	(27.456)	242.270
	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada indireta SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação consolidada dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóveis – SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Propriedades para investimento	Arrendamentos a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 (R2) (*)	2.231	34.590	44.230	1.158	68.585	103.163	253.957
Adições (**)	36	-	12.760	51	875	-	13.722
Baixas (***)	-	-	-	-	-	(10.491)	(10.491)
Amortização do período	(688)	(2.187)	(12.798)	(844)	(4.435)	(7.270)	(28.222)
Variação cambial	-	2.253	-	-	4.464	6.587	13.304
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2019	1.579	34.656	44.192	365	69.489	91.989	242.270
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Vide nota explicativa nº 18 às demonstrações contábeis intermediárias sobre adoção inicial do IFRS16/CPC06.

(**) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(***) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente, em comum acordo com o arrendador.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

	Ano	Arrendamentos a receber
	2019	3.441
	2020	13.840
	2021	14.045
	2022	14.260
	2023	14.487
	2024 em diante	102.678

		162.751
Ajuste a valor presente		(70.762)

		91.989
Circulante		(4.305)

Não circulante		87.684
		=====

13. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018
Ágio na aquisição da AMMO (1)	27.303	27.303
Marcas – próprias (2)	16.348	16.348
Marcas – licença de uso (3)	8.242	9.043
Propriedade intelectual (4)	6.178	7.378
Pontos comerciais (luvas) (5)	21.565	21.801
Outros	14	16
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	79.650	81.889
	<hr/>	<hr/>

(1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO Varejo.

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2018 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(3) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(4) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos.

(5) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$11.786 (R\$11.786 em 31 de dezembro de 2018), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

Os itens de (2) a (5) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses intangíveis.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>Adições e (baixas)</u>	<u>Amorti- zação</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>30.09.2019</u>
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	27.303
Marcas - próprias	16.348	-	-	-	16.348
Marcas - licença de uso	9.043	-	(540)	(261)	8.242
Propriedade intelectual	7.378	-	(1.200)	-	6.178
Pontos comerciais (luvas)	21.801	(236)	-	-	21.565
Outros	16	(2)	-	-	14
Total	81.889	(238)	(1.740)	(261)	79.650

	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições e (baixas)</u>	<u>Amorti- zação</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Correção monetária Argentina (a)</u>	<u>30.09.2018</u>
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	37.748	-	-	7.728	-	45.476
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	-	27.303
Marcas - próprias	16.339	10	-	-	-	16.349
Marcas - licença de uso	9.157	-	(410)	(4.015)	2.271	7.003
Propriedade intelectual	3.139	-	(471)	-	-	2.668
Pontos comerciais (luvas)	21.102	979	-	-	-	22.081
Outros	18	(3)	-	-	-	15
Total	114.806	986	(881)	3.713	2.271	120.895

(a) Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações contábeis intermediárias.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Consolidado	
			30.09.2019	31.12.2018
Moeda nacional:				
Banco do Brasil S.A. (a)	R\$ 127,5 e 130,0 do CDI	2023	453.172	515.382
Bradesco S.A.	R\$ 4,4 e 4,5 + CDI	2019	19.762	19.577
Banco Votorantim S.A. (b)	R\$ 120,0 do CDI	2020	80.976	81.689
Banco BBM S.A. - CCB	R\$ 149,0 e 150,5 do CDI e CDI + 4,0	2021	51.184	70.344
BDMG S.A.	R\$ 7,3 + CDI	2019	1.747	9.032
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$ 4,2 + CDI	2022	132.678	132.757
Banco Fibra S.A. - CCE (b)	R\$ 5,4 a 6,5 + CDI	2020	26.908	35.197
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$ 15,8	2022	819	4.065
Banco do Brasil S.A. - CDC	R\$ 9,3	2020	53.496	50.931
BNDES (Finame)	R\$ 3,0 a 9,5	2023	390	3.717
Banco Safra S.A. (b)	R\$ 5,3 + CDI	2020	55.658	68.487
Banco Itaú Unibanco S.A. (b)	R\$ 2,8 e 3,0 + CDI	2019	-	46.070
Caixa Econômica Federal (b)	R\$ 149,6 e 166,3 do CDI e CDI + 4,0	2022	59.930	22.567
Banco Daycoval S.A.	R\$ 4,5 + CDI	2020	20.811	30.375
Banco Pine S.A.	R\$ 6,3 e 7,0 + CDI	2020	20.668	15.063
Banco Santander S.A.	R\$ 16,1	2019	36.497	-
Banco Sofisa S.A.	R\$ 6,8 + CDI	2020	30.290	-
Outros (b)	R\$ -	2023	57.747	12.765
			-----	-----
			1.102.733	1.118.018
Moeda estrangeira:				
Banco Patagonia	\$ARG 24,3 a 68,0	2019	6.616	11.740
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$ 8,9	2019	10.679	9.712
Banco do Brasil S.A.	US\$ 5,6 a 6,2	2019	37.356	43.672
Banco Santander S.A. - PPE (c)	US\$ 8,1	2021	128.068	125.004
JP Morgan	US\$ Libor + 0,9	2019	33.734	31.393
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE/ACE (b)	US\$ 7,7 a 8,0	2021	29.369	27.827
Banco Pine S.A.	US\$ 8,5	2020	8.319	-
Banco Safra S.A.	US\$ 6,0	2019	11.953	19.858
Banco Itaú Unibanco S.A.	US\$ 7,5 e 7,6	2019	33.030	12.821
Banco Fibra S.A.	US\$ 5,4	2019	21.212	-
			-----	-----
			320.336	282.027
Total			1.423.069	1.400.045
Circulante			(849.521)	(837.423)
			-----	-----
Não circulante			573.548	562.622
			=====	=====

(a) Empréstimos da controlada indireta CSA (R\$401.808), com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes a partir de 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(b) Empréstimos mantidos em parte pela controladora.

(c) Empréstimo da controlada indireta CSA, com garantia de títulos e valores mobiliários em dólares vinculada no valor de US\$18.900 mil (vide nota explicativa nº 4 às demonstrações contábeis intermediárias). Empréstimos com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,5 vezes em 2017; 3,25 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros - MG, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia e seus controladores; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2020		2021	2022 a 2023	Total
	2019	Curto prazo			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A.	22.395	50.749	20.318	142.248	217.462
Bradesco S.A.	19.762	-	-	-	19.762
Banco Votorantim S.A.	20.711	60.265	-	-	80.976
Banco BBM S.A. - CCB	6.387	19.117	6.372	19.308	51.184
BDMG S.A.	1.747	-	-	-	1.747
Banco ABC do Brasil S.A.	13.011	38.343	13.308	50.862	17.154
Banco Fibra S.A. - CCE	4.242	22.666	-	-	26.908
Banco Fibra S.A. - CCE	9	-	-	-	810
Banco do Brasil S.A. - CDC	33.745	19.751	-	-	53.496
BNDES (Finame)	223	122	10	15	20
Banco Safra S.A.	46.293	9.365	-	-	55.658
Caixa Econômica Federal	6.478	16.573	5.550	22.084	9.245
Banco Daycoval S.A.	5.150	15.095	566	-	20.811
Banco Pine S.A.	10.835	9.833	-	-	20.668
Banco Santander S.A.	36.497	-	-	-	36.497
Banco Sofisa S.A.	20.290	10.000	-	-	30.290
Outros	17.222	39.559	112	410	444
	-----	-----	-----	-----	-----
	264.997	311.438	46.236	234.927	245.135
					1.102.733
Moeda estrangeira:					
Banco Patagonia	6.616	-	-	-	6.616
Banco Luso Brasileiro S.A.	10.679	-	-	-	10.679
Banco do Brasil S.A.	26.254	11.102	-	-	37.356
Banco Santander S.A. - PPE	25.498	63.649	22.319	16.602	128.068
JP Morgan	33.734	-	-	-	33.734
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE/ACE	12.600	8.440	-	8.329	29.369
Banco Pine S.A.	-	8.319	-	-	8.319
Banco Safra S.A.	-	11.953	-	-	11.953
Banco Itaú Unibanco S.A.	33.030	-	-	-	33.030
Banco Fibra S.A.	21.212	-	-	-	21.212
	-----	-----	-----	-----	-----
	169.623	103.463	22.319	24.931	-
					320.336
Total	434.620	414.901	68.555	259.858	245.135
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	30.09.2019			30.09.2018
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do período	1.400.045	148.322	1.548.367	1.413.897
Novas captações ou renovações	423.288	-	423.288	989.572
Juros provisionados	97.189	8.095	105.284	100.706
Amortização de principal	(415.305)	(37.500)	(452.805)	(847.508)
Pagamento de juros	(97.853)	(7.990)	(105.843)	(98.878)
Variação cambial	19.450	-	19.450	61.403
Encargos antecipados, líquidos	(3.745)	1.177	(2.568)	(5.799)
	-----	-----	-----	-----
Saldo no final do período	1.423.069	112.104	1.535.173	1.613.393
	=====	=====	=====	=====

15. DEBÊNTURES

a) Em 12 de junho de 2017, a controlada indireta CSA emitiu a 3ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características descritas abaixo, a qual, na mesma data, foi integralmente subscrita pela Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. (“Subscritora”). Posteriormente, a Subscritora alienou as Debêntures à Gaia Agro Securitizadora S.A. (“Securitizadora”), com objetivo de vincular os recursos das debêntures à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA.

Características das Debêntures	
Quantidade de debêntures emitidas	50.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização:	
Vencimento 1ª parcela - 25,00%	18/12/2018
Vencimento 2ª parcela - 25,00%	18/06/2019
Vencimento 3ª parcela - 25,00%	18/12/2019
Vencimento 4ª parcela - 25,00%	18/06/2020
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

Os recursos ingressaram naquela controlada na data da subscrição das debêntures.

As despesas de emissão das debêntures e subsequentemente as despesas de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$1.977, equivalentes a 3,95% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos das debêntures, na proporção de seu saldo devedor.

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada indireta CSA cujo valor de avaliação é superior a 200% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada indireta CSA com a anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 200% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada indireta CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a SGPSA, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros); (ii) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos), exceto para junho de 2018, igual ou inferior a 0,8 (oito décimos); e (iii) razão entre EBITDA e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos acima estão previstos para todo o período do contrato e sua medição ocorre semestralmente a partir de dezembro de 2017. Os termos utilizados para descrever os índices têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

b) Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada indireta CSA emitiu a 4ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente subscritas.

Características da 4ª Emissão de Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	150.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais
Vencimento 1ª parcela	19/05/2018
Vencimento 12ª parcela	19/02/2021
Remuneração	100% do CDI + 2,75% a.a.
Amortização dos juros	12 parcelas trimestrais iguais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis daquela controlada indireta , referidos na nota explicativa nº 10.2 às demonstrações contábeis intermediárias, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor de emissão das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 1,67 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A. e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A SGPSA não possui compromisso pela manutenção de índices financeiros.

Os saldos, em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, eram assim compostos.

	Debêntures da			
	3ª série	4ª série	30.09.2019	31.12.2018
Valor original	25.000	87.500	112.500	150.000
Encargos antecipados	(434)	(1.347)	(1.781)	(2.958)
Juros provisionados	473	912	1.385	1.280
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures	25.039	87.065	112.104	148.322
Circulante	(25.039)	(62.420)	(87.459)	(74.653)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	24.645	24.645	73.669
	=====	=====	=====	=====

16. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018
Mercado interno	156.771	113.374
Mercado externo	26.296	16.870
	-----	-----
	183.067	130.244
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente 50 dias (38 dias em 31 de dezembro 2018).

17. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997

Prazo de concessão: 35 anos

Valor total da concessão: R\$333.310

Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
Parcela anual			
	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	6.897	659.941	1.074.756
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGP-M. Em 30 de setembro de 2019, esse valor representava R\$65.635, sendo R\$21.862 classificados no passivo circulante e R\$43.773 classificados no passivo não circulante (R\$65.448, sendo R\$21.361 classificados no passivo circulante e R\$44.087 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018).

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de setembro de 2019, somam R\$18.565 (R\$19.610 em 31 de dezembro de 2018) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

18. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado 30.09.2019
Imóveis	2023	1.637
SGUS	2030	226.734
Imóveis – lojas	2025	46.931
Veículos	2020	376

		275.678
Circulante		(30.865)

Não circulante		244.813
	=====	

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Imóveis	SGUS (*)	Imóveis – lojas	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (1)	-	23.221	-	-	23.221
Variação cambial	-	131	-	-	131
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (2)	2.231	206.338	44.230	1.158	253.957
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 1º de janeiro de 2019	2.231	229.690	44.230	1.158	277.309
Adições (3)	36	-	12.760	51	12.847
Baixas (4)	-	(10.854)	-	-	(10.854)
Encargos	151	17.290	3.613	57	21.111
Pagamentos	(781)	(24.766)	(13.672)	(890)	(40.109)
Variação cambial	-	15.281	-	-	15.281
Outros	-	93	-	-	93
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 30 de setembro de 2019	1.637	226.734	46.931	376	275.678
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis – SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos a receber. Vide nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis intermediárias.

(1) Saldos mantidos como Arrendamento Mercantil, líquidos dos subarrendamentos, anterior à aplicação do IFRS 16.

(2) A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa real de desconto corresponde às cotações de mercado (custos médios de captação de empréstimos da Companhia que variam entre 9% e 10% ao ano).

(3) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(4) Contrato de aluguel encerrado antecipadamente, em comum acordo com o arrendador.

Os efeitos no resultado em 30 de setembro de 2019 são como segue:

Operações continuadas	Consolidado
Arrendamentos apropriados no período	38.282
Amortização de direitos de uso	(26.976)
Juros apropriados sobre arrendamentos	(20.016)
Baixa, líquida	363
	=====
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(8.347)
	=====
Operações descontinuadas	Consolidado
Arrendamentos apropriados no período	1.827
Amortização de direitos de uso	(1.246)
Juros apropriados sobre arrendamentos	(1.095)
	=====
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(514)
	=====

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está representado como segue:

	Nº de ações	
	30.09.2019	31.12.2018
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	=====	=====
	30.636.457	30.636.457
	=====	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2018 e 30 de setembro de 2019.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Consolidado:				
Innotex International Ltd.	11.854	10.744	-	-
Holtex, Inc.	3.466	6.812	-	-
Empr.Nac.Com.Rérito e Particip. S.A. - ENCORPAR	50.720	30.813	-	-
Seda, Inc.	-	106	-	58
Wembley S.A.	-	-	2	-
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	-	-	755	-
Companhia Tropical de Alimentos e Participações	3.612	736	-	-
	-----	-----	-----	-----
	69.652	49.211	757	58
	=====	=====	=====	=====
Encargos financeiros (consolidado)				
	30.09.2019	30.09.2018		
Wembley S.A.	284	3.815		
Empr.Nac.Com.Rérito e Particip. S.A. - ENCORPAR	3.009	4.961		
JAGS - José Alencar Gomes da Silva	70	307		
Innotex International Ltd.	408	266		
Seda S.A.	84	46		
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	(24)	(32)		
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.	1	1		
Seda, Inc.	66	-		
	-----	-----	-----	-----
	3.898	9.364		
	=====	=====	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pela Companhia sobre empréstimos e financiamentos tomados pela controlada SGPSA e suas controladas. Em 30 de setembro de 2019, o valor de R\$14.920 estava contabilizado, sendo R\$4.669 na rubrica “Outros contas a pagar” no passivo circulante (R\$5.288 em 31 de dezembro de 2018) e R\$10.251 na rubrica “Outras obrigações” no passivo não circulante (R\$13.669 em 31 de dezembro de 2018), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, foi apropriado o valor de

R\$4.037 como receita financeira na rubrica “Receitas financeiras” (R\$5.703 no mesmo período de 2018). Esses valores são eliminados nas demonstrações consolidadas.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa ligada, e a controlada Santanense possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os escritórios da controlada. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, foram efetuados pagamentos no valor de R\$356 (R\$348 no mesmo período de 2018). Vide notas explicativas nº 12 e nº 18.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	30.09.2018	30.09.2019	30.09.2018
Resultado antes dos impostos (*)	(34.697)	13.829	72.323	(19.785)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial (*)	(23.081)	(2.718)	1.502	2.372
Subvenção para investimentos	-	-	(42.050)	(44.823)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(1.679)	(1.733)
Outras, líquidas	102	171	1.144	95
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(57.676)	11.282	31.240	(63.874)
Imposto de renda e contribuição social - 34%	19.610	(3.836)	(10.622)	21.717
Créditos fiscais não constituídos	(16.750)	3.828	(61.707)	18.784
Créditos fiscais de controladas no exterior	-	-	(2.852)	-
Outros	8	8	(309)	(694)
Total dos impostos sobre o lucro	2.868	-	(75.490)	39.807
Operações continuadas	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro - corrente	-	-	1.485	(5.810)
Impostos sobre o lucro - diferido	2.868	-	5.746	47.884
	2.868	-	7.231	42.074
Operações descontinuadas	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro - corrente	-	-	(2.535)	(2.267)
Impostos sobre o lucro - diferido	-	-	(80.186)	-
	-	-	(82.721)	(2.267)

(*) Inclui resultado antes dos impostos de operações descontinuadas. Vide notas explicativas nº 30 e 31 às demonstrações contábeis intermediárias.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	31.12.2018	Reconhecidos no				30.09.2019
		Resultado	Patrimônio líquido	Variação cambial	Outros	
Ativo:						
Prejuízo fiscal, líquido (Companhia) (p)	3.454	-	-	-	-	3.454
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	4.299	(1.240)	-	-	-	3.059
Diferenças temporárias (Companhia Argentina) (a)	10	-	-	-	(3)	7
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	646	-	-	-	56	702
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	13.734	(291)	-	-	-	13.443
Prejuízo fiscal, líquido (CSA - Brasil) (1) (p)	3.049	291	-	-	-	3.340
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p)	7.167	-	-	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	145.182	(80.477)	-	5.237	(1.235)	68.707
Diferenças temporárias (AMMO - Brasil) (1) (a)	257	-	-	-	291	548
Prejuízo fiscal, líquido (AMMO - Brasil) (1) (a)	2.042	-	-	-	(347)	1.695
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.906	-	-	-	-	1.906
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (a) (*)	4.507	(1.503)	-	-	-	3.004
Prejuízo fiscal, líquido (Santanense) (3) (a) (*)	17.768	2.334	-	-	-	20.102
Diferenças temporárias (Oxford) (a) (*)	5.686	(3.360)	-	-	-	2.326
Reclassificações para apresentação de balanço (a) (*)	(27.961)	-	-	-	2.529	(25.432)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	181.746	(84.246)	-	5.237	1.291	104.028
Passivo:						
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(3.796)	(2.356)	-	-	-	(6.152)
Deságio em controlada (Companhia) (p)	(426)	-	-	-	-	(426)
Propriedades para investimento (Companhia) (p)	(6.110)	-	-	-	-	(6.110)
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(14.017)	-	-	-	-	(14.017)
Diferenças temporárias (Companhia - Argentina) (p)	-	-	-	-	(11)	(11)
Venda a prazo de investimentos (Companhia) (p)	(6.464)	6.464	-	-	-	-
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(78.188)	(2.561)	-	-	-	(80.749)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(10.156)	-	-	-	3.010	(7.146)
Propriedades para investimento (Santanense) (3) (p)	(2.441)	44	-	-	55	(2.342)
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p) (**)	-	-	-	-	(17.539)	(17.539)
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (p)	(27.960)	-	-	-	-	(27.960)
Venda a prazo de investimentos (Oxford) (p)	(8.346)	8.346	-	-	-	-
Diferenças temporárias (Oxford) (p)	(89)	-	-	-	89	-
Deságio em controlada (Oxford) (p)	(4.623)	-	-	-	-	(4.623)
Propriedades para investimento (Tropical) (p)	-	(131)	131	-	-	-
Reclassificações para apresentação de balanço (p) (*)	27.961	-	-	-	(2.529)	25.432
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(134.655)	9.806	131	-	(16.925)	(141.643)
Total de impostos diferidos, líquido	47.091	(74.440)	131	5.237	(15.634)	(37.615)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos diferidos no ativo não circulante (soma de a)	150.043	(83.006)	-	5.237	1.291	73.565
Impostos diferidos no passivo não circulante (soma de p)	(102.952)	8.566	131	-	(16.925)	(111.180)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Reclassificações efetuadas para apresentação de balanço.

(**) Impostos diferidos sobre receita de créditos de PIS e COFINS transferidos do Passivo Circulante. Vide nota explicativa nº 24 às demonstrações contábeis intermediárias.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia possuía R\$188.281 em prejuízos fiscais (R\$187.566 em 31 de dezembro de 2018) e R\$202.382 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$201.906 em 31 de dezembro de 2018), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(1) Impostos diferidos da controlada indireta CSA:

A controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais (*)	Total
2020	(291)	291	-
2021	702	-	702
2022	547	-	547
a partir de 2023	13.735	11.911	25.646
	-----	-----	-----
	14.693	12.202	26.895
	=====	=====	=====

(*) Inclui compensação de impostos pagos na Argentina.

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2019, a controladora CSA possuía R\$800.520 em prejuízos fiscais (R\$689.919 em 31 de dezembro de 2018) e R\$806.876 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$696.197 em 31 de dezembro de 2018), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias. Em 30 de setembro de 2019, a controlada AMMO Varejo possuía R\$203.104 em prejuízos fiscais e R\$283.076 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro.

Impostos diferidos (passivo):

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento e correção monetária referente a hiperinflação da Argentina. Vide, respectivamente, notas explicativas nº 10 e nº 2.4 às demonstrações contábeis intermediárias.

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização Montes Claros (10.6)	Total
	Complexo comercial (10.2)	Complexo residencial (10.3)		
Valor justo	211.176	44.296	62.807	318.279
Total do custo residual	(43.722)	(93)	(62.807)	(106.622)
Mais valia inicial (patrimônio líquido)	167.454	44.203	-	211.657
Variação do valor justo (resultado)	18.309	-	7.531	25.840
Mais valia apurada	185.763	44.203	7.531	237.497
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	63.159	15.029	2.561	80.749
Correção monetária (Argentina)				7.146
Diferenças temporárias (CSA – Brasil) (*)				17.539
Total imposto diferido passivo				105.434
				=====

(*) Impostos diferidos sobre receita de créditos de PIS e COFINS transferidos do Passivo Circulante. Vide nota explicativa nº 24 às demonstrações contábeis intermediárias.

(2) Impostos diferidos da controlada indireta SGUS:

A controlada indireta SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada indireta SGUS possui saldo de impostos diferidos ativos, em 30 de setembro de 2019, no valor de R\$68.707 (R\$145.182 em 31 de dezembro de 2018). A variação do saldo durante o período de 2019 refere-se à realização de prejuízos fiscais pela venda dos ativos da SGUS. A atualização das projeções considerou os impactos resultantes da transação celebrada entre a controlada indireta SGUS e a Keeco, conforme divulgado nas notas explicativas nº 30 e 31, compreendendo: (i) o resultado tributável na venda dos ativos e passivos da operação descontinuada; e (ii) as projeções de resultados das operações continuadas considerando as receitas e despesas da controlada indireta SGUS após a venda dos ativos e passivos para os próximos 10 anos.

Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 30 de setembro de 2019, é como segue:

Ano	Controlada indireta SGUS
2020	2.599
2021	3.695
2022	4.853
2023	7.203
2024 em diante	50.357

	68.707
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2019 a 2034.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2019, a controlada indireta SGUS possui saldo de R\$509.452 em prejuízos fiscais (R\$472.625 em 31 de dezembro de 2018), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(3) Impostos diferidos da controlada indireta Santanense:

A Santanense, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Controladora e consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2019	-	9.185	9.185
2020	-	5.224	5.224
2021	-	3.359	3.359
A partir de 2022	3.004	2.334	5.338
	-----	-----	-----
	3.004	20.102	23.106
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	24.506	21.722
Imposto de renda e contribuição social antecipados	2.652	3.605	15.687	23.130
PIS e COFINS a recuperar (*)	69.827	68.850	392.819	375.823
IVA/ingressos brutos - Argentina	-	-	1.410	2.174
VAT - China e México	-	-	1.394	1.294
IPI a recuperar	-	-	658	487
Imposto sobre o lucro líquido - ILL	5.341	5.341	5.341	5.341
Outros impostos a recuperar	-	-	660	1.228
	-----	-----	-----	-----
Ativo circulante	77.820	77.796	442.475	431.199
	(2.652)	(3.605)	(44.391)	(26.388)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	75.168	74.191	398.084	404.811
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos de ICMS na base de PIS e COFINS. Vide nota explicativa nº 24 às demonstrações contábeis intermediárias.

22. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, nos valores de R\$105.422, R\$178.709 e R\$3.426, respectivamente (R\$104.131, R\$176.023 e R\$4.165, respectivamente em 31 de dezembro 2018). Os principais processos tributários correspondem a ações referentes a aproveitamentos indevidos de créditos de ICMS nas aquisições de energia elétrica e matérias-primas importadas no estado da Paraíba no montante de R\$68.064. Os principais processos cíveis referem-se a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no valor correspondente a R\$38.701, que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Ações Anulatórias com pedido de Liminar visando cancelar algumas "Dações em pagamento" de diversos imóveis, em razão das dívidas geradas pela não entrega de algodão em valor correspondente a R\$110.635 e pedido de anulação de escritura pública de compra e venda em valor correspondente a R\$22.208. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Processos fiscais:				
Contribuição social	-	-	46	791
INSS	2.457	2.457	3.189	3.284
PIS e COFINS	938	938	1.640	1.640
IPI bandeira estrangeira	3.728	3.728	3.728	3.728
Outras	386	402	1.599	1.613
Trabalhistas	375	365	11.479	12.365
Cíveis e outras	6.060	6.055	7.786	7.591
	-----	-----	-----	-----
	13.944	13.945	29.467	31.012
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	12.403	12.403	31.017	33.206
	=====	=====	=====	=====

Contribuição social - A Companhia é polo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região da SUDENE. Em 2013, após sucessivas perdas, a Companhia encerrou o processo principal, restando pendente apenas outras demandas de menor valor de suas controladas.

INSS - Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são polos ativos em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

PIS e COFINS - A Companhia e sua controlada Companhia de Tecidos Santanense discutem judicialmente o indeferimento de compensações de créditos presumidos de IPI e insumos integrados ao processo produtivo.

IPI Bandeira Estrangeira - A Companhia é polo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas - A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis - A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) - A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	<u>Saldos em 31.12.2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Saldos em 30.09.2019</u>
Processos fiscais:					
Contribuição social	791	-	(745)	-	46
INSS	3.284	-	(95)	-	3.189
PIS e COFINS	1.640	-	-	-	1.640
IPI Bandeira Estrangeira	3.728	-	-	-	3.728
Outras	1.613	2	(16)	-	1.599
Trabalhistas	12.365	923	(1.616)	(193)	11.479
Cívicos e outras	7.591	677	(203)	(279)	7.786
	-----	-----	-----	-----	-----
	31.012	1.602	(2.675)	(472)	29.467
	=====	=====	=====	=====	=====

23. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 30 de setembro de 2019 e 2018:

	<u>30.09.2019</u>	<u>30.09.2018</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	777	910
Custo dos juros, líquido	3.111	2.612
	-----	-----
Custo líquido do benefício	3.888	3.522
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 36% em investimentos de renda variável e 64% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração deferida estão demonstrados abaixo:

	30.09.2019	31.12.2018
Provisão para plano de pensão	113.893	109.149
Outras provisões de benefícios a funcionários	3.047	4.734
<hr/>		
Total do plano de aposentadoria e benefícios	116.940	113.883
<hr/>		
Circulante (a)	(10.656)	(9.915)
<hr/>		
Não circulante	106.284	103.968
<hr/>		

(a) Incluída na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

24. RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

A Companhia e suas controladas instauraram procedimento judicial em 2006 requerendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. O processo ao longo dos anos tiveram vários movimentos tanto pela Companhia como pela União e, em 2014, ficou sobrestado em 2ª instância (Tribunal Regional Federal da 1ª região - TRF1) aguardando julgamento pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal decidiu no *leading case RE nº 574.706/PR*, (acórdão publicado em outubro de 2017) pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em sede de repercussão geral.

Em maio de 2018, no julgamento da ação da Companhia e de suas controladas, foi proferido acórdão pelo TRF da 1ª Região favorável à Companhia que, em juízo de retratação, deu provimento à apelação interposta pela Companhia e suas controladas, para determinar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O referido acórdão confere à Companhia e às suas controladas o direito de restituir/compensar os tributos pagos indevidamente desde 5 anos anteriores a propositura da ação. Posteriormente, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou seguimento ao recurso extraordinário interposto pela União e, transcorrido o prazo legal, a ação transitou em julgado em 2019, sem nenhuma alteração.

A Companhia e suas controladas, em face ao andamento processual avançado da ação, iniciaram estudos no sentido de avaliar a necessidade de reconhecimento dos valores desses tributos pagos a maior desde 2001. Para tanto, obteve o posicionamento dos seus advogados sobre o momento processual de sua ação e possíveis desdobramentos e adicionalmente contratou consultores independentes e especializados que emitiram pareceres contábil e legal sobre o caso.

Todas as conclusões foram no sentido de que os créditos tributários em questão passaram a representar um ativo efetivo e praticamente certo nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico (R1) para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deixando de ser um ativo contingente já em 2018. Com base nessas conclusões, a administração da Companhia decidiu efetuar o reconhecimento contábil dos valores referentes aos créditos em questão, calculados conforme estabelecido no acórdão proferido pelo TRF1, naquele período.

Os créditos da controlada indireta CSA foram habilitados no 3º trimestre de 2019 e estão sendo compensados. Os créditos da controlada indireta AMMO Varejo estão em processo de habilitação. A Companhia e a controlada indireta CTS estão em processo de execução da sentença judicial.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
ATIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	1.588	167	183.565	145.067
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	38.539	36.438
Duplicatas a receber	-	-	592.565	617.203
Valores retidos	-	-	26.236	-
Valores a receber - venda de investimento (c)	-	-	21.655	32.907
Outros créditos a receber	3.337	943	29.349	31.455
Títulos e valores mobiliários (nc)	1.518	1.452	83.691	77.181
Valores a receber - clientes	-	-	22.238	28.783
Valores a receber - venda de investimento (nc)	-	51.502	89.120	130.221
Partes relacionadas	169.435	107.015	69.652	49.211
Depósitos judiciais	12.403	12.403	31.017	33.206
Outros créditos e valores a receber	1.373	365	32.417	27.527
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	4.798
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	18.082	14.921
PASSIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	150.015	122.424	849.521	837.423
Debêntures (c)	-	-	87.459	74.653
Fornecedores	1.896	268	183.067	130.244
Concessões governamentais (c)	-	-	21.862	21.361
Compra de imóvel para investimento (c)	-	4.780	-	4.780
Outras contas a pagar	6.582	9.653	58.761	64.796
Empréstimos e financiamentos (nc)	20.315	31.978	573.548	562.622
Debêntures (nc)	-	-	24.645	73.669
Concessões governamentais (nc)	-	-	43.773	44.087
Partes relacionadas	128.426	76.048	757	58
Outras obrigações	12.036	25.670	30.188	26.065

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao “valor justo por meio de resultado”, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao “Custo Amortizado”. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, exceto pelo descrito em d.3.3 e d.4 abaixo, não havia outras operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	30.09.2019			Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ ARG	US\$	
Coteminas Argentina	20.597	284.838	-	(2.495)
LAT Capital	6.822	-	1.638	610
SGUS	456.670	-	109.660	32.593
Santanense Argentina S.A.	(51)	(705)	-	20
Coteminas International Ltd.	6.480	-	1.556	507
Coteminas (Sucursal Argentina)	(33)	(456)	-	13
-----	-----	-----	-----	-----
Total dos investimentos no exterior	490.485	283.677	112.854	31.248
=====	=====	=====	=====	=====
	31.12.2018			Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ ARG	US\$	
Coteminas Argentina (*)	38.426	373.794	-	(10.616)
LAT Capital	2.805	-	724	431
SGUS	183.333	-	47.314	22.656
Santanense Argentina S.A.	(81)	(788)	-	50
Coteminas International Ltd.	9.188	-	2.371	2.008
Coteminas (Sucursal Argentina)	(42)	(409)	-	25
-----	-----	-----	-----	-----
Total dos investimentos no exterior	233.629	372.597	50.409	14.554
=====	=====	=====	=====	=====

(*) Os investimentos na Coteminas Argentina são corrigidos monetariamente. Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações contábeis intermediárias.

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

Instrumentos financeiros	30.09.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa	2.481	2.441
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.798
Duplicatas a receber	79.599	73.510
Títulos e valores mobiliários	82.173	75.729
Valores a receber - venda investimento	110.775	163.128
Fornecedores	(10.633)	(1.877)
Empréstimos e financiamentos	(279.986)	(238.894)
Partes relacionadas	(201.444)	(42.348)
-----	-----	-----
Total da exposição em Reais	(217.035)	36.487
=====	=====	=====
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(52.117)	9.416
=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte-americanos já contratados em 30 de setembro de 2019 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2019	Alta do Dólar	(37.848)	(244)	(39.708)	(79.173)
2020	Alta do Dólar	(29.670)	(854)	(31.957)	(63.060)
2021	Alta do Dólar	(1.464)	84	(1.419)	(2.922)
2022	Alta do Dólar	8.638	3.711	13.632	23.553
2023	Alta do Dólar	8.227	5.387	15.299	25.211
-----	-----	-----	-----	-----	-----
		(52.117)	8.084	(44.153)	(96.391)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d.3.3 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e em suas controladas:

As principais informações consolidadas sobre os instrumentos derivativos com risco de taxas de câmbio estão assim demonstradas:

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo – Ativo (Passivo)	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Contratos de Opções (1) --				
Posição: Venda				
Moeda: US\$				
Dólar de liquidação: R\$3,8700				
Contraparte: Itaú BBA				
Outras informações:				
2 contratos de US\$35.000 mil (cada)				
Vencimentos em fevereiro/19	-	70.000	-	5.359
Contratos de Opções (2) --				
Posição: Compra				
Moeda: US\$				
Dólar de liquidação: R\$4,2700				
Contraparte: Itaú BBA				
Outras informações:				
1 contrato de US\$35.000 mil				
Vencimento em fevereiro/19	-	35.000	-	(260)
Contratos de Opções (3) --				
Posição: Compra				
Moeda: US\$				
Dólar de liquidação: R\$4,2050				
Contraparte: Itaú BBA				
Outras informações:				
1 contrato de US\$35.000 mil				
Vencimento em fevereiro/19	-	35.000	-	(301)
Total			-	4.798
	=====	=====	=====	=====

Contratos de opções--São registrados pelo seu valor justo através do resultado. O valor justo dos contratos é obtido diretamente com a instituição financeira contraparte, que avalia esses instrumentos financeiros a partir dos dados obtidos na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, como a taxa do Dólar futuro, volatilidade, taxas de juros e algoritmos próprios. Os instrumentos financeiros acima foram liquidados com recebimento no valor de R\$9.450 em fevereiro de 2019.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, a controlada indireta CSA registrou um ganho de R\$3.080 (no mesmo período de 2018, um ganho de R\$18.854). Em 30 de setembro de 2019 não havia contratos em aberto.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 14 e 20. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--São classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras - juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018.

d.5.2 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Bancários - CDI da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	30.09.2019			31.12.2018	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: novembro/2023	165.000	901	(3.520)	162.381	165.962
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: novembro/2023	165.000	901	(3.520)	162.381	166.046
Contrato de empréstimo -- Juros: 127,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: junho/2021	78.750	215	(1.919)	77.046	110.025
Contrato de empréstimo -- Juros: 127,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: junho/2021	52.500	144	(1.280)	51.364	73.349
(referência à nota explicativa nº 14)				453.172	515.382
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2020	40.000	213	-	40.213	40.932
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: outubro/2019	20.000	711	-	20.711	20.424
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2020	20.000	52	-	20.052	20.333
(referência à nota explicativa nº 14)				80.976	81.689
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. - CCB Vencimento: junho/2021	27.064	8	-	27.072	39.345
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,0% Contraparte: Banco BBM S.A. - CCB Vencimento: julho/2021	5.906	3	-	5.909	8.589

Descrição	30.09.2019			31.12.2018	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,5% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. - CCB Vencimento: julho/2021	10.199	3	-	10.202	14.404
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. - CCB Vencimento: novembro/2021	8.000	1	-	8.001	8.006
				51.184	70.344
(referência à nota explicativa nº 14)					
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,3% Contraparte: BDMG S.A. Vencimento: novembro/2019	1.392	370	(15)	1.747	9.032
				1.747	9.032
(referência à nota explicativa nº 14)					
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. - CCB Vencimento: abril/2022	18.106	34	-	18.140	18.188
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	16.371	30	-	16.401	16.449
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	18.710	31	-	18.741	18.799
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	21.048	34	-	21.082	21.148
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	18.710	30	(496)	18.244	18.050
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	10.000	16	-	10.016	10.014
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. - CCE Vencimento: abril/2022	10.000	18	-	10.018	10.047
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. - CCE Vencimento: abril/2022	10.000	18	-	10.018	10.047
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. - CCE Vencimento: abril/2022	10.000	18	-	10.018	10.015
				132.678	132.757
(referência à nota explicativa nº 14)					

Descrição	30.09.2019			31.12.2018	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: julho/2020	4.762	26	-	4.788	9.098
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2019	-	-	-	-	4.403
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: maio/2019	-	-	-	-	5.404
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,4% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: novembro/2019	583	4	-	587	3.231
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: junho/2020	6.500	33	-	6.533	13.061
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,4% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: março/2020	15.000	-	-	15.000	-
(referência à nota explicativa nº 14)				26.908	35.197
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: fevereiro/2020	2.083	13	-	2.096	5.071
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: setembro/2019	-	-	-	-	7.510
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: dezembro/2019	1.667	15	-	1.682	5.089
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2020	2.083	13	-	2.096	5.071
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: novembro/2019	20.000	184	-	20.184	20.179
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: dezembro/2019	20.000	142	-	20.142	20.137
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,6% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: maio/2019	-	-	-	-	2.085

Descrição	30.09.2019			31.12.2018	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,4% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: agosto/2019	-	-	-	-	3.345
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: março/2020	4.000	56	-	4.056	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: março/2020	2.000	18	-	2.018	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: maio/2020	3.363	21	-	3.384	-
				55.658	68.487
(referência à nota explicativa nº 14)					
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,8% Contraparte: Banco Itaú Unibanco S.A. - CCB Vencimento: abril/2019	-	-	-	-	25.260
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,0% Contraparte: Banco Itaú Unibanco S.A. - CCB Vencimento: abril/2019	-	-	-	-	20.810
(referência à nota explicativa nº 14)					
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4% Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: setembro/2022	18.375	68	(400)	18.043	22.567
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,6% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal - CCB Vencimento: dezembro/2021	18.281	46	(382)	17.945	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 166,3% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: julho/2022	24.306	197	(561)	23.942	-
				59.930	22.567
(referência à nota explicativa nº 14)					
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: setembro/2020	13.333	106	-	13.439	20.165
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2020	7.360	12	-	7.372	10.210
				20.811	30.375
(referência à nota explicativa nº 14)					
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2019	3.750	14	-	3.764	15.063

Descrição	30.09.2019			31.12.2018	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: fevereiro/2020	6.667	26	-	6.693	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: junho/2020	3.750	30	-	3.780	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: agosto/2020	6.417	14	-	6.431	-
(referência à nota explicativa nº 14)				20.668	15.063
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: outubro/2019	10.000	104	-	10.104	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: dezembro/2019	10.000	97	-	10.097	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2020	10.000	89	-	10.089	-
(referência à nota explicativa nº 14)				30.290	-
Contrato de empréstimo (*) -- Juros: 89,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. - PPE Vencimento: maio/2019	-	-	-	-	44.335
Contrato de empréstimo (*) -- Juros: 103,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. - PPE Vencimento: fevereiro/2020	-	-	-	-	37.896
Contrato de empréstimo (*) -- Juros: 118,8% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. - PPE Vencimento: novembro/2020	-	-	-	-	42.773
(referência à nota explicativa nº 14)				-	125.004
Debêntures 3ª série -- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2020	25.000	473	(434)	25.039	36.734
Debêntures 4ª série -- Juros: CDI + 2,75 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: fevereiro/2021	87.500	912	(1.347)	87.065	111.588
(referência à nota explicativa nº 15)				112.104	148.322
	1.053.536	6.464	(13.874)	1.046.126	1.300.289

(*) Contratos renegociados em 2019 para variação cambial + 8,1% a.a., com vencimento prorrogado para 2021.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de setembro de 2019, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2019	Alta do CDI	957.556	16.095	19.010	22.773
2020	Alta do CDI	791.018	51.270	57.696	67.900
2021	Alta do CDI	406.663	26.971	38.117	45.336
2022	Alta do CDI	199.385	12.516	20.614	24.721
2023	Alta do CDI	80.000	4.410	7.785	9.351
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 30 de setembro de 2019, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Empréstimos e financiamentos	170.330	154.402	1.423.069	1.400.045
Debêntures	-	-	112.104	148.322
Caixa e equivalentes de caixa	(1.588)	(167)	(183.565)	(145.067)
Títulos e valores mobiliários	(1.518)	(1.452)	(140.312)	(128.540)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(4.798)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	167.224	152.783	1.211.296	1.269.962
Total do patrimônio líquido	1.028.928	1.028.122	1.839.000	1.801.179
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.196.152	1.180.905	3.050.296	3.071.141
	=====	=====	=====	=====
Total da dívida líquida	167.224	152.783	1.211.296	1.269.962
Valores retidos	-	-	(26.236)	-
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida após valores retidos	167.224	152.783	1.185.060	1.269.962
	=====	=====	=====	=====

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atacado” e “Varejo”.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (“Brins”) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

	30.09.2019 (operações continuadas)					
	Brasil			Argentina	(*) Outros não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Atacado		
Receita operacional líquida	832,6	192,7	354,4	109,6	(98,5)	1.390,8
Custo dos produtos vendidos	(637,0)	(93,0)	(279,4)	(86,2)	98,0	(997,6)
Lucro bruto	195,6	99,7	75,0	23,4	(0,5)	393,2
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(162,7)	(103,6)	(46,1)	(16,2)	(20,9)	(349,5)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	(1,5)	(1,5)
Outros	9,7	5,7	(2,8)	(3,3)	(58,4)	(49,1)
Resultado operacional	42,6	1,8	26,1	3,9	(81,3)	(6,9)
Resultado financeiro	-	-	-	-	(197,9)	(197,9)
Resultado antes dos impostos	42,6	1,8	26,1	3,9	(279,2)	(204,8)
Depreciação e amortização	44,6	18,9	9,2	4,4	11,7	88,8
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	30.09.2018 (operações continuadas)					
	Brasil			Argentina	(*) Outros não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Atacado		
Vendas líquidas	816,7	189,6	327,4	116,0	(121,6)	1.328,1
Custo dos produtos vendidos	(601,3)	(92,2)	(246,9)	(93,3)	122,8	(910,9)
Lucro bruto	215,4	97,4	80,5	22,7	1,2	417,2
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(141,7)	(103,6)	(44,2)	(20,9)	(21,4)	(331,8)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	(2,4)	(2,4)
Outros	7,5	10,5	(1,2)	(0,2)	22,4	39,0
Resultado operacional	81,2	4,3	35,1	1,6	(0,2)	122,0
Resultado financeiro	-	-	-	-	(182,4)	(182,4)
Resultado antes dos impostos	81,2	4,3	35,1	1,6	(182,6)	(60,4)
Depreciação e amortização	50,1	2,4	8,5	1,2	0,9	63,1
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	30.09.2019	30.09.2018
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	671,2	642,1
Produtos intermediários	527,0	496,6
Varejo	192,6	189,4
	-----	-----
	1.390,8	1.328,1
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	19,5	19,9
Produtos intermediários	30,4	29,0
	-----	-----
	49,9	48,9
	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos em 30 de setembro de 2019.

27. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.09.2019	30.09.2018
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(894.432)	(862.487)
Benefícios a empregados	(309.955)	(296.755)
INSS	(40.256)	(39.148)
Depreciação e amortização	(88.814)	(63.109)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(6.315)	47.557
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	(5.302)	(1.639)
Outros custos e despesas	(1.947)	(27.059)
	-----	-----
Total das despesas por natureza	(1.347.021)	(1.242.640)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.09.2019	30.09.2018
Custo dos produtos vendidos	(997.593)	(910.854)
Vendas	(229.667)	(215.857)
Gerais e administrativas	(106.839)	(103.021)
Honorários da administração	(12.922)	(12.908)
	-----	-----
Total das despesas por função	(1.347.021)	(1.242.640)
	=====	=====

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	30.09.2019	30.09.2018
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas		
Vendas de mercadorias, serviços e outros	1.814.903	1.681.268
Deduções das receitas	(424.133)	(353.214)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<hr/> 1.390.770	<hr/> 1.328.054
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

29. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	30.09.2019	30.09.2018
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(134.685)	(6.440)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	102.856	20.269
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	<hr/> (31.829)	<hr/> 13.829
 Número médio ponderado de ações: Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	<hr/> <hr/> 30.636.457	<hr/> <hr/> 30.636.457
 LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):		
Das operações continuadas	(4.3962)	(0,2102)
Das operações descontinuadas	3.3573	0,6616
 Total	<hr/> (1.0389)	<hr/> 0,4514
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

30. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 28 de dezembro de 2018, a controlada SGPSA anunciou fato relevante, informando que celebrou “Acordo de Compra e Contribuição de Ativos” (“Acordo”) com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações na América do Norte. Nos termos do Acordo, concluído em 15 de março de 2019 (vide nota explicativa nº 30 às demonstrações contábeis intermediárias), a SGUS concordou em vender os ativos e passivos usados em suas operações para a Keeco, pelo valor de US\$126 milhões, da seguinte forma: US\$90 milhões em dinheiro, sendo US\$83,7 milhões no fechamento da transação, US\$6,3 milhões como valores retidos por 18 meses (R\$26.236 apresentado no ativo circulante em 30 de setembro de 2019) e US\$36 milhões em ações ordinárias da empresa combinada, representando uma participação de 17,5% do capital social da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC.

Desta forma, nos termos do CPC 31 e da IFRS 5, as receitas e despesas das operações vendidas para a Keeco, anteriormente apresentadas no segmento operacional “América do Norte – Atacado”, foram apresentadas como “Operações descontinuadas” nas demonstrações do resultado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. As demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, referentes ao o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, estão sendo reapresentadas, para fins de comparação, considerando as operações descontinuadas.

O saldo das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	<u>Consolidado</u>
ATIVOS	
CIRCULANTE:	
Duplicatas a receber	91.053
Estoques	161.120
Outros créditos a receber	4.852
NÃO CIRCULANTE:	
Outros	774
Investimentos	-
Imobilizado	6.764
Intangível	43.681
Total dos ativos mantidos para venda	308.244
	=====
PASSIVOS	
CIRCULANTE:	
Empréstimos e financiamentos	111.679
Fornecedores	112.689
Obrigações sociais e trabalhistas	866
Outras contas a pagar	4.867
NÃO CIRCULANTE:	
Planos de aposentadoria e benefícios	9.985
Total dos passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda	240.086
	=====
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA, LÍQUIDOS	68.158
	=====

O resultado das operações descontinuadas destacado na demonstração do resultado está apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	30.09.2018	30.09.2019	30.09.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	199.739	657.944
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	-	-	(177.698)	(568.939)
LUCRO BRUTO	-	-	22.041	89.005
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:				
De vendas	-	-	(5.320)	(19.110)
Gerais e administrativas	-	-	(8.054)	(26.359)
Equivalência patrimonial	102.856	20.269	-	-
Outras, líquidas	-	-	(2.926)	1.576
RESULTADO OPERACIONAL	102.856	20.269	5.741	45.112
Despesas financeiras – juros e encargos	-	-	(3.750)	(4.543)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	102.856	20.269	1.991	40.569
Provisão para imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	-	(197)	(2.267)
Diferido	-	-	-	-
Lucro líquido do período proveniente das operações descontinuadas, antes do resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para a venda	102.856	20.269	1.794	38.302
Resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para venda	-	-	192.568	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	102.856	20.269	194.362	38.302

A demonstração dos fluxos de caixa das operações descontinuadas está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	30.09.2018	30.09.2019	30.09.2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais descontinuadas:				
Resultado das operações	102.856	20.269	194.362	38.302
Depreciação e amortização	-	-	1.841	2.022
Equivalência patrimonial	(102.856)	(20.269)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	82.721	2.267
Resultado bruto na alienação de operações descontinuadas	-	-	(275.092)	-
Juros, encargos e comissões	-	-	2.668	3.464
Reversão de perda no valor recuperável dos ativos	-	-	-	(1.047)
	-----	-----	-----	-----
	-	-	6.500	45.008
Variações nas contas de ativos e passivos:				
Duplicatas a receber	-	-	(1.617)	(10.475)
Estoques	-	-	(11.635)	(26.683)
Fornecedores	-	-	(6.173)	7.464
Outros	-	-	3.031	2.984
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais descontinuadas antes de juros e impostos	-	-	(9.894)	18.298
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	(969)	(2.358)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(521)	(431)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais descontinuadas após de juros e impostos	-	-	(11.384)	15.509
	-----	-----	-----	-----
Fluxo de caixa das atividades de investimento descontinuadas:				
Aquisição de imobilizado descontinuado	-	-	-	(1.353)
Recebimento de alienação de operações descontinuadas	-	-	469.631	-
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento descontinuadas	-	-	469.631	(1.353)
	-----	-----	-----	-----
Fluxo de caixa das atividades de financiamento descontinuadas:				
Ingresso de novos empréstimos	-	-	43.754	155.025
Liquidiação de empréstimos	-	-	(156.941)	(130.595)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento descontinuadas	-	-	(113.187)	24.430
	-----	-----	-----	-----
Total do caixa gerado pelas operações descontinuadas	-	-	345.060	38.586
	=====	=====	=====	=====

31. RESULTADO NA VENDA DOS ATIVOS LÍQUIDOS MANTIDOS PARA VENDA

	15 de março de 2019	
	US\$ mil	R\$ mil (*)
Valor da venda dos ativos e passivos	126.000	490.984
Ativos líquidos mantidos para venda	(49.924)	(194.538)
Variação do capital circulante líquido	2.249	8.764
Despesas com a transação	(7.729)	(30.118)
-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	70.596	275.092
Absorção de imposto de renda corrente	(600)	(2.338)
Realização de imposto de renda diferido (não caixa)	(20.578)	(80.186)
-----	-----	-----
Resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para venda	49.418	192.568
=====	=====	=====

(*) Valores em reais apurados utilizando taxa de conversão de 31 de março de 2019, de R\$3,8967.

* * * * *